

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.507.631 - PR (2019/0144513-5)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : JOSE APARECIDO BIANCHINI
AGRAVANTE : INEZ APARECIDA DELLALO BIANCHINI
AGRAVANTE : FATIMA ADELAIDE ROSSI BIANCHINI
AGRAVANTE : PAULINO BIANCHINI
ADVOGADOS : PÉRICLES LANDGRAF ARAÚJO DE OLIVEIRA - PR018294
HENRIQUE JAMBISKI PINTO DOS SANTOS - PR031694
FAUSTO LUÍS MORAIS DA SILVA - PR036427
JOZELENE FERREIRA DE ANDRADE - PR041737
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : FABIULA MULLER KOENIG - PR022819
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI - PR056918
TAMIRES MARQUES CHAVES - PR070419

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. FUNDAMENTAÇÃO. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL. SÚMULA 5/STJ. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF .

1. Ação de cobrança.
2. A deficiente fundamentação do recurso impede o conhecimento do recurso.
3. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
4. A interpretação de cláusula contratual não é permitido na via especial.
5. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.
6. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por JOSÉ APARECIDO BIANCHINI, INEZ APARECIDA DELLALO BIANCHINI, FÁTIMA ADELAIDE ROSSI BIANCHINI e PAULINO BIANCHINI contra decisão interlocutória que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Ação: de cobrança ajuizada pelo BANCO DO BRASIL S/A, em face

dos recorrentes, na qual requer o pagamento de valor devido a título de cédula rural pignoratícia e hipotecária, acrescido de juros de mora e compensatórios.

Sentença: julgou procedente o pedido formulado na petição inicial do recorrido.

Acórdão: negou provimento à apelação interposta pelos agravantes, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA E HIPOTECÁRIA, E TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA. NULIDADE DA SENTENÇA. INOCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO. PRAZO QUINQUENAL. ART. 206, §5º, INC. I, DO CC. INOCORRÊNCIA. PRORROGAÇÃO DA DÍVIDA. IMPOSSIBILIDADE. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. NÃO DEMONSTRAÇÃO. JUROS REMUNERATÓRIOS. PREVISÃO DE 12,750% A.A. NA CÉDULA. EXIGÊNCIA PELA MEMÓRIA DE CÁLCULO DE 12% A.A. LEGALIDADE. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. INEXIGIBILIDADE. AFASTAMENTO DA MORA. NÃO CARACTERIZAÇÃO.

1. Em atenção ao princípio do livre convencimento motivado, estando o Julgador apto a decidir com base no material probatório carreado aos autos, pode antecipar o julgamento da lide, sem que isso configure prejuízo aos postulantes, nos termos do art. 355 do CPC, ou cerceamento de defesa.

2. Em se tratando de cobrança de dívida líquida constante de instrumento particular, o prazo prescricional é de cinco anos, conforme dispõe o art. 206, § 5º, inc. I, do Código Civil, a contar do vencimento da obrigação.

3. “Para que seja declarado o direito de prorrogação das dívidas representadas por cédulas de crédito rural, além dos requisitos legais pertinentes, é necessário que os devedores comprovem a efetiva recusa do credor. No caso dos autos, ausente a presença dos requisitos e da comprovação da efetiva recusa” (TJPR, 15 C.Cível, AC 0005037-61.2010.8.16.0058, Des. Jucimar Novochadlo, J. 16.05.2018).

4. Segundo entendimento firmado pelo STJ (REsp 1061530/RS - Recurso Repetitivo, Rel. Min. Nancy Andrigli, j. em 22.10.2008, Segunda Seção, DJe 10.03.2009), a descaracterização da mora se dá apenas no caso de cobrança de encargos ilegais no período da normalidade. APELAÇÃO NÃO PROVIDA (e-STJ fl. 773).

Embargos de declaração: interpostos pelos agravantes, foram

rejeitados (e-STJ fls. 821/822).

Recurso especial: os recorrentes sustentam, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 5º, parágrafo único, 13 e 60 do Decreto-Lei 167/67; art. 70 da Lei Uniforme de Genebra; art. 14 da Lei n. 4829/65; defendendo as seguintes teses: *i)* ocorrência de cerceamento de defesa, em razão do julgamento antecipado da lide e da não realização da prova pericial; *ii)* aplicação da prescrição trienal para as pretensões executivas decorrentes de cédulas de crédito rural, visto que o vencimento do débito se deu em 15/04/2010 e a ação foi ajuizada em 10/10/2014; *iii)* que eles preencheram os requisitos para a prorrogação de dívida oriunda da cédula rural em discussão face às frustrações de safra e de mercado/receitas; *iv)* que deve prevalecer a taxa de juros remuneratórios de 12% ao ano; *v)* não ser cabível a cobrança da comissão de permanência nas cédulas de crédito rural; *vi)* sendo reconhecida a cobrança de encargos ilegais (juros remuneratórios acima de 12% aa), deve ser afastada a mora; *vii)* impossibilidade de cobrança de capitalização mensal de juros, por não existir previsão contratual; e *viii)* ser necessária a redistribuição de sucumbência.

RELATADO O PROCESSO. DECIDE-SE.

- Julgamento: CPC/2015

- Da deficiente fundamentação do recurso

O recorrente aponta a violação do art. 5º, parágrafo único, do Decreto-lei n. 167/67 para defender a tese, segunda a qual não seria cabível a cláusula de comissão de permanência. Acontece que tal artigo não se presta a tal desiderato, uma vez que ele não estabelece a vedação de tal cobrança na cédula rural, situação que configura deficiente fundamentação do recurso a ensejar a aplicação da Súmula 284/STF.

- Do reexame de fatos e provas e da interpretação de cláusula contratual

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à inoccorrência de cerceamento de defesa, em razão do julgamento antecipado da lide e da desnecessidade de produção de prova pericial; ao não preenchimento dos

requisitos para a prorrogação da dívida oriunda da cédula de crédito rural; à inexistência de cobrança da comissão de permanência; à legalidade dos juros remuneratórios cobrados pelo recorrido, bem como à configuração da mora por não haver abusividade nos encargos cobrados, demandaria o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

No mais, alterar a convicção do julgador acerca da ausência de previsão contratual da capitalização mensal de juros, além de demandar o reexame de fatos e provas, exigiria a interpretação de cláusulas contratuais o que não é possível na via recursal, ante os óbices das Súmulas 5 e 7 desta Corte.

- Da ausência de fundamento impugnado

O Tribunal de origem ao afastar o prazo prescricional trienal, entendeu que esse seria o prazo a ser observado se o credor optasse pela ação executiva, situação que não se enquadra à hipótese dos autos, em que o recorrido optou em utilizar a ação de cobrança, cujo prazo prescricional é o quinquenal nos termos do art. 206, §5º, I, do CC.

E, da leitura do recurso especial, observa-se que o recorrente limita-se a defender que o prazo prescricional para a ação executiva seria o trienal, argumento que não é capaz de afastar o fundamento do acórdão recorrido. Incide na hipótese as Súmulas 283 e 284/STF.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/2015, para NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 15% sobre o valor da causa (e-STJ fls. 778) para 17%.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora